

O Bobo, de Alexandre Herculano

Fonte:

HERCULANO, Alexandre. *O bobo*. São Paulo: Saraiva, 1959.

Texto proveniente de:

Biblioteca Virtual do Estudante de Língua Portuguesa <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>>

A Escola do Futuro da Universidade de São Paulo

Permitido o uso apenas para fins educacionais.

Texto-base digitalizado por:

Antonio de Padua Danesi – Guaxupé/MG

Este material pode ser redistribuído livremente, desde que não seja alterado, e que as informações acima sejam mantidas. Para maiores informações, escreva para <bibvirt@futuro.usp.br>.

Estamos em busca de patrocinadores e voluntários para nos ajudar a manter este projeto. Se você quer ajudar de alguma forma, mande um e-mail para <parceiros@futuro.usp.br> ou <voluntario@futuro.usp.br>

O BOBO

Alexandre Herculano

I

Introdução

A morte de Afonso VI, Rei de Leão e Castela, quase no fim da primeira década do século XII, deu origem a acontecimentos ainda mais graves do que os por ele previstos no momento em que ia trocar o brial de cavaleiro e o cetro de rei, pela mortalha com que o desceram ao sepulcro no Mosteiro de Sahagun. A índole inquieta dos barões leoneses, galegos e castelhanos facilmente achou pretextos para dar largas às suas ambições e mútuas malquerenças na violenta situação política em que o falecido Rei deixara o país. Costumado a considerar a audácia, o valor militar e a paixão da guerra como o principal dote de um príncipe, e privado do único filho varão que tivera, o Infante D. Sancho, morto em tenros anos na batalha de Ucles, Afonso VI alongara os olhos pelas províncias do império, buscando um homem temido nos combates e assaz enérgico para que a frente lhe não vergasse sob o peso da férrea coroa da Espanha cristã. Era mister escolher marido para D. Urraca, sua filha mais velha, viúva de Raimundo Conde de Galiza; porque a ela pertencia o trono por um costume gradualmente introduzido, a despeito das leis góticas, que atribuíam aos grandes e até certo ponto ao alto clero a eleição dos reis. Entre os ricos-homens mais ilustres dos seus vastos estados, nenhum o velho Rei achou digno de tão elevado consórcio. Afonso I de Aragão tinha, porém, todos os predicados que o altivo monarca reputava necessários no que devia ser o principal defensor da Cruz. Por isso, sentindo avizinhar-se a morte, ordenou que D. Urraca apenas herdasse a coroa desse a este a mão de esposa. Esperava por um lado que a energia e severidade do novo Príncipe contivessem as perturbações intestinas, e por outro que, ilustre já nas armas, não deixaria folgar os ismaelitas com a notícia da morte daquele que por tantos anos

lhes fora flagelo e destruição. Os acontecimentos posteriores provaram, todavia, mais uma vez, quanto podem falhar as previsões humanas.

A história do governo de D. Urraca, se tal nome se pode aplicar ao período do seu predomínio, nada mais foi do que um tecido de traições, de vinganças, de revoluções e lutas civis, de roubos e violências. A dissolução da Rainha, a sombria ferocidade do marido, a cobiça e orgulho dos próceres do reino convertiam tudo num caos, e a guerra civil, deixando respirar os muçulmanos, rompia a cadeia de triunfos da sociedade cristã, à qual tanto trabalhara por dar unidade o hábil Afonso VI.

As províncias já então libertadas do jugo ismaelita não tinham ainda, digamos assim, senão os rudimentos de uma nacionalidade. Faltavam-lhes, ou eram débeis grande parte dos vínculos morais e jurídicos que constituem uma nação, uma sociedade. A associação do rei aragonês no trono de Leão não repugnava aos barões leoneses por ele ser um estrangeiro, mas porque a antigos súbditos do novo rei se entregavam de preferência as tenências e alcaldarias da monarquia. As resistências, porém, eram individuais, desconexas, e por isso sem resultados definitivos, efeito natural de instituições públicas viciosas ou incompletas. O conde ou rico-homem de Oviedo ou de Leão, da Estremadura ou de Galiza, de Castela ou de Portugal, referia sempre a si, às suas ambições, esperanças ou temores os resultados prováveis de qualquer sucesso político, e aferindo tudo por esse padrão, procedia em conformidade com ele. Nem podia ser de outro modo. A idéia de nação e de pátria não existia para os homens d'então do mesmo modo que existe para nós. O amor cioso da própria autonomia que deriva de uma concepção forte, clara, consciente, do ente coletivo, era apenas, se era, um sentimento frouxo e confuso para os homens dos séculos XI e XII. Nem nas crônicas, nem nas lendas, nem nos diplomas se encontra um vocábulo que represente o espanhol, o indivíduo da raça godo-romana distinto do sarraceno ou mouro. Acha-se o asturiano, o cântabro, o galiciano, o português, o castelhano, isto é, o homem da província ou grande condado; e ainda o toledano, o barcelonês, o compostelano, o legionense, isto é, o homem de certa cidade. O que falta é a designação simples, precisa, do súbdito da coroa de Oviedo, Leão e Castela. E por que falta? É porque, em rigor, a entidade faltava socialmente. Havia-a, mas debaixo de outro aspecto: em relação ao grêmio religioso. Essa sim, que aparece clara e distinta. A sociedade criada era uma, e preenchia até certo ponto o incompleto da sociedade temporal. Quando cumpria aplicar uma designação que representasse o habitante da parte da Península livre do jugo do Islam, só uma havia: *christianus*. O epíteto que indicava a crença representava a nacionalidade. E assim cada catedral, cada paróquia, cada mosteiro, cada simples ascetério era um anel da cadeia moral que ligava o todo, na falta de um forte nexos político.

Tais eram os caracteres proeminentes da vida externa da monarquia neogótica. A sua vida social interna; as relações públicas entre os indivíduos e entre estes e o estado, tinham sobretudo uma feição bem distinta. Era a larga distância que separava as classes ativas, dominadoras, que fruía, das classes, em parte e até certo ponto servas, e em parte livres, que trabalhavam. A aristocracia compunha-se da nobreza de linhagem e da hierarquia sacerdotal, a espada e o livro, a força do coração e braço, e a superioridade relativa da inteligência. A democracia constituíam-na dois grupos notavelmente desiguais em número e em condição. Era um o dos burgueses proprietários com pleno domínio, moradores de certas povoações de vulto, comerciantes, fabricantes, artífices, isto é, os que depois se chamaram entre nós *homens de rua*, indivíduos mais abastados e mais insofridos, fazendo-se respeitar ou temer, numa parte pela força do nexos municipal, concessão do rei ou dos condes dos distritos em nome dele, noutras partes pelas irmandades (*conjuraciones, germanitates*), associações ajuramentadas para resistirem aos prepotentes, e cujas origens obscuras talvez vão confundir-se com as origens não menos obscuras das beatrias. O outro grupo, incomparavelmente mais numeroso, constituíam-no os agricultores habitantes das paróquias rurais. Nessa época ainda eram raros os oásis da liberdade chamados alfozes ou termos dos concelhos. Dispersa, possuindo a terra por títulos de diversas espécies, todos mais ou menos opressivos e precários, na dependência do poderoso imunista, ou do inexorável agente do fisco, a população rural, ainda parcialmente adscrita à gleba, quase que às vezes se confundia com os sarracenos, mouros ou moçárabes, cativos nas freqüentes correrias dos leoneses, e cuja situação se assemelhava à dos escravos negros da América, ou a cousa ainda pior, dada a dureza e ferocidade dos homens daqueles tempos.

A burguesia (*burgenses*), embrião da moderna classe média, assaz forte para se defender ou, pelo menos, opor à opressão a vingança tumultuária, era impotente para exercer ação eficaz na sociedade geral. Veio isso mais tarde. Assim, o único poder que assegurava a unidade política era o poder do rei. A monarquia ovetense-leonesa fora como uma restauração da monarquia visigótica, entre todos os estados bárbaros a mais semelhante na índole e na ação ao cesarismo romano. Uma série de príncipes, se não distintos pelo gênio, como Carlos Magno, todavia de valor e de energia não vulgares, tinham sabido manter a supremacia real, anulada gradualmente além dos Pireneus pela sucessiva transformação das funções públicas em benefícios e dos benefícios em feudos. Entretanto à autoridade central faltava um arrimo sólido a que se encostasse; faltava-lhe uma classe média, numerosa, rica, inteligente, émula do clero pela sua cultura. Essa classe, como já advertimos, ainda simples embrião, só no século XIII começou a ser uma fraca entidade política, aliás rapidamente desenvolvida e avigorada. Desde aquela época é que a realeza aproveitou mais ou menos a sua aliança para domar as aristocracias secular e

eclesiástica, como com o auxílio dela as monarquias de além dos Pireneus conseguiram tirar ao feudalismo a preponderância, e quase inteiramente o caráter político.

Hoje é fácil iludirmo-nos, crendo ver nas revoluções e lutas do ocidente da Península no decurso dos séculos VIII a XII a anarquia feudal, confundindo esta com a anarquia aristocrática. Não era a jerarquia constituindo uma espécie de famílias militares, de *clãs* ou tribos artificiais, cujos membros estavam ligados por mútuos direitos e deveres, determinados por um certo modo de fruição de domínio territorial, em que se achava incorporada a soberania com exclusão do poder público. Em vez disto, era o individualismo rebelando-se contra esse poder, contra a unidade, contra o direito. Quando as mãos que retinham o cetro eram frouxas ou inabilmente violentas, as perturbações tornavam-se não só possíveis, mas, até, fáceis. A febre da anarquia podia ser ardente: o que não havia era a anarquia crônica, a anarquia organizada.

Eis as circunstâncias, que, ajudadas pelos desvarios da filha de Afonso VI, converteram o seu reinado num dos mais desastrosos períodos de desordens, de rebeliões e de guerras civis. A confusão vinha a ser tanto maior, por isso mesmo que faltava o nexo feudal. Eram tão tênues os laços entre o conde e o conde, o maiorino e o maiorino, o alcaide e o alcaide, o prestameiro e o prestameiro, o homem de mesnada e o homem de mesnada, e, depois, entre estas diversas categorias, que as parcialidades se compunham, dividiam ou transformavam sem custo, à mercê do primeiro ímpeto de paixão ou cálculo ambicioso. Deste estado tumultuário derivou a separação definitiva de Portugal, e a consolidação da autonomia portuguesa. Obra a principio de ambição e orgulho, a desmembração dos dous condados do Porto e de Coimbra veio por milagres de prudência e de energia a constituir, não a nação mais forte, mas decerto a mais audaz da Europa nos fins do XV século. Dir-se-ia um povo predestinado. Quais seriam hoje de feito as relações do Oriente e do Novo Mundo com o Ocidente, se Portugal houvesse perecido no berço? Quem ousará afirmar que, sem Portugal, a civilização atual do gênero humano seria a mesma que é?

O Conde Henrique pouco sobreviveu ao sogro: cinco anos escassos; mas durante esses cinco anos todos aqueles atos seus cuja memória chegou até nós indicam o exclusivo intuito de alimentar o incêndio das discórdias civis que devoraram a Espanha cristã. Nas lutas de D. Urraca, dos parciais de Afonso Raimundes e do Rei de Aragão, qual foi o partido do Conde? Todos sucessivamente; porque nenhum era o seu. O *seu* consistia em constituir um estado independente nos territórios que governava. E no meio dos tumultos e guerras em que ardia o reino, ele teria visto coroadas de bom sucesso as suas diligências, se a morte não viesse atalhar-lhe os desígnios junto dos muros de Astorga.

Mas a sua viúva, a bastarda de Afonso VI, era pela astúcia e ânimo viril digna consorte do ousado e empreendedor borgonhês. A leoa defendeu o antro onde não se ouvia já o rugido do seu fero senhor, com a mesma energia e esforço de que ele lhe dera repetidos exemplos. Durante quinze anos lutou por conservar intacta a independência da terra que lhe chamava rainha, e quando o filho lhe arrancou das mãos a herança paterna, só havia um ano que a altiva dona curvara a cerviz ante a fortuna de seu sobrinho Afonso Raimundes, o jovem Imperador de Leão e Castela. Era tarde. Portugal não devia tornar a ser uma província leonesa.

Se D. Teresa se mostrara na viuvez digna politicamente do marido, o filho era digno de ambos. O tempo provou que os excedia em perseverança e audácia. A natureza dera-lhe as formas atléticas e o valor indomável de um desses heróis dos antigos romances de cavalaria, cujos dotes extraordinários os trovadores exageravam mais ou menos nas lendas e poemas, mas que eram copiados da existência real. Tal fora o Cid. Os amores adúlteros de D. Teresa com o Conde de Trava, Fernando Peres, fizeram com que cedo se manifestassem as aspirações do moço Afonso Henriques. Os barões da província que tendia a constituir-se em novo estado achavam naturalmente nele o centro da resistência à preponderância de um homem que deviam considerar como intruso, e a quem a cegueira da Infanta-Rainha cedia o poder que dantes tão energeticamente exercera. À irritação e inveja que a elevação desse estranho devia despertar no coração de cada um deles, ajuntava-se decerto a consideração das conseqüências inevitáveis da ilimitada preponderância do Conde. Fernando Peres pertencia a uma das mais poderosas famílias da Galiza e a mais adicta ao moço soberano de Leão e Castela. Seu pai fora o aio e tutor do Príncipe quando as paixões sensuais de D. Urraca o cercavam de sérios perigos. Nada mais natural do que resultar daquela preponderância a ruína da nascente independência do novo estado.

O que se passava em Portugal era em resumido teatro o que pouco antes se passara em Leão. Ali, os amores de D. Urraca com o Conde Pedro de Lara tinham favorecido as ambiciosas pretensões de Afonso Raimundes, concitando contra ela os ódios dos barões leoneses e castelhanos. Aqui, os amores de D. Teresa acenderam ainda mais os ânimos e trouxeram uma revolução formal.

Se na batalha do Campo de S. Mamede, em que Afonso Henriques arrancou definitivamente o poder das mãos de sua mãe, ou antes das do Conde de Trava, a sorte das armas lhe houvera sido adversa, constituiríamos provavelmente hoje uma província de Espanha. Mas no progresso da civilização humana tínhamos uma missão que cumprir. Era necessário que no último ocidente da Europa surgisse um povo, cheio de atividade e vigor, para cuja ação fosse insuficiente o âmbito da terra pátria, um povo de homens de imaginação ardente, apaixonados do incógnito, do misterioso, amando balouçar-se no dorso das

vagas ou correr por cima delas envoltos no temporal, e cujos destinos eram conquistar para o Cristianismo e para a civilização três partes do mundo, devendo ter em recompensa unicamente a glória. E a glória dele é tanto maior quanto encerrado na estreiteza de breves limites, sumido no meio dos grandes impérios da terra, o seu nome retumbou por todo o globo.

Pobres, fracos, humilhados, depois dos tão formosos dias de poderio e de renome, que nos resta senão o passado? Lá temos os tesouros dos nossos afetos e contentamentos. Sejam as memórias da pátria, que tivemos, o anjo de Deus que nos revoque à energia social e aos santos afetos da nacionalidade. Que todos aqueles a quem o engenho e o estudo habilitam para os graves e profundos trabalhos da história se dediquem a ela. No meio de uma nação decadente, mas rica de tradições, o mister de recordar o passado é uma espécie de magistratura moral, é uma espécie de sacerdócio. Exercitem-se os que podem e sabem; porque não o fazer é um crime.

E a Arte? Que a Arte em todas as suas formas externas represente este nobre pensamento; que o drama, o poema, o romance sejam sempre um eco das eras poéticas da nossa terra. Que o povo encontre em tudo e por toda a parte o grande vulto dos seus antepassados. Ser-lhe-á amarga a comparação. Mas como ao inocentinho infante da *Jerusalém Libertada*, homens da arte, asperge de suave licor a borda da taça onde está o remédio que pode salvá-lo.

Enquanto, porém, não chegam os dias em que o puro e nobre engenho dos que então hão de ser homens celebre exclusivamente as solenidades da Arte no altar do amor pátrio, alevantemos uma das muitas pedras tombadas dos templos e dos palácios, para que os obreiros robustos que não tardam a surgir digam quando a virem: “as mãos que te puseram aí eram débeis, mas o coração que as guiava antevia já algum raio da luz que nos alumia”.

II

Dom Bibas

O Castelo de Guimarães, qual existiu nos princípios do século XII, diferenciava-se entre os outros, que cobriam quase todas as eminências das honras e préstamos de Portugal e da Galiza, por sua fortaleza, vastidão e elegância. A maior parte dos edifícios desta espécie eram apenas então um agregado de grossas vigas, travadas entre si, e formando uma série de torres irregulares, cujas paredes, muitas vezes feitas de cantaria sem cimento, mal resistiam aos golpes dos aríetes e aos tiros das catapultas, ao passo que os madeiros que ligavam esses fracos muros, e lhes davam certo aspecto de fortificação duradoura, tinham o grave inconveniente de poderem facilmente incendiar-se. Assim não havia castelo onde entre as armas e bastimentos de guerra não ocupassem um dos mais importantes lugares as amplas cubas de vinagre, líquido que a experiência tinha mostrado ser o mais próprio para apagar o alcatrão incendiado, que como instrumento de ruína usavam nos sítios dos lugares afortalezados. Quando o gato ou vínea, espécie de barraca ambulante, coberta de couros crus, se aproximava, pesada e lenta como um espectro, aos muros de qualquer castelo, enquanto os cavaleiros mais possantes arcavam com pedras enormes, levando-as aos vãos das ameias, para daí as deixarem cair sobre o teto da máquina, os peões conduziam para o lanço de muralha ou torre, a que esta se dirigia, uma quantidade daquele líquido salvador capaz de abafar as chamas envoltas em rolos de fumo fétido, que não tardariam a lambar as traves angulares do guerreiro edifício. Muitas vezes essas precauções eram inúteis, principalmente contra os sarracenos.

Entre estes uma civilização mais adiantada tinha moderado o fanatismo, quebrado os brios selvagens, diminuído a robustez física dos homens d'armas: a sua mestria, porém, da arte da guerra supria estas faltas e equilibrava nos combates o soldado muslim com o guerreiro cristão, mais robusto, mais fanático e por isso mais impetuoso do que ele. Era principalmente nos assédios, quer defendendo-se, quer acometendo, que os árabes conheciam todo o preço da própria superioridade intelectual. As máquinas de guerra, mais perfeitas que as dos nazarenos, não só pela melhor combinação das forças mecânicas, como pela maior variedade de engenhos e invenções, davam-lhes notáveis vantagens sobre a grosseira tática dos seus adversários. Sem o socorro da vínea os árabes sabiam incendiar de longe os castelos com os escorpiões arrojados pelas manganelas de fogo. D' enxofre, salitre e nafta compunham eles um misto terrível, com que despediam dos engenhos globos de ferro cheios do mesmo composto, que, serpeando e sussurrando nos ares, iam estourar e verter dentro dos muros assediados uma espécie de

lava inextinguível e infernal, contra cuja violência eram baldadas quase sempre todas as prevenções, e não menos baldadas a valentia e a força dos mais duros cavaleiros e homens de armas.

Mas o Castelo de Guimarães podia, do teso sobre que estava assentado, olhar com tranqüilo desdém para os formidáveis e variados engenhos militares de cristãos e sarracenos. A melhor fortaleza da Galiza, o Castro Honesto, que o mui poderoso e venerando Senhor Diogo Gelmires, primeiro Arcebispo de Compostela, reformara de novo, com todo o esmero de quem sabia ser aquele castro como a chave da extensa Honra e Senhorio Compostelano, era, por trinta léguas em roda, o único, talvez, que ousaria disputar primazias com os de Guimarães. Como o daquele, a carcova deste era larga e profunda; as suas barreiras eram amplas e defendidas por boas barbacãs, e as suas muralhas, torreadas com curtos intervalos, altas, ameadas e desmarcadamente grossas, do que dava testemunho o espaço dos adarves que corriam por cima delas. O circuito, que tão temerosas fortificações abrangiam, encerrava uma nobre alcáçova, que, também coberta de ameias, campeava sobranceira os lanços de muros entre torre e torre, e ainda assoberbava estas, à exceção da alvarrã ou de menagem, que, maciça e quadrangular, com os seus esguios miradouros bojando nos dous ângulos exteriores, e erguida sobre o escuro portal da entrada, parecia um gigante em pé e com os punhos cerrados sobre os quadris, ameaçando o burgo rasteiro e humilde que, lá embaixo no sopé da suave encosta, se escondia e apoquentava, como vilão que era, diante de tamanho senhor.

Mas não vedes aí ao longe, por entre a casaria da povoação e verdura das almuinhas, que, entressachadas com os edificios burgueses, servem como vasto tapete, onde assentam os panos de muros alvos, e os telhados vermelhos e aprumados das casas modestas dos peões? – Não vedes, digo, a alpendrada de uma igreja, a portaria de um ascetério, a grimpada de um campanário? É o Mosteiro de D. Mumadona: é um claustro de monges negros: é a origem desse burgo, do castelo roqueiro e dos seus paços reais. Havia duzentos anos que neste vale viviam apenas alguns servos, que cultivavam a vila ou herdade de Vimaranes. Mas o mosteiro edificou-se, e a povoação nasceu. O ameno e aprazível sítio atraiu os poderosos: o Conde Henrique quis aí habitar algum tempo, e sobre as ruínas de um fraco e pequeno castelo, a que os monges se acolhiam ante o assolador tufão das correrias dos mouros, se alevantou aquela máquina. O trato e freqüência da corte enriqueceu os burgueses: muitos francos, vindos em companhia do Conde, aí se tinham estabelecido, e os *homens de rua*, ou moradores do burgo, constituíram-se em sociedade civil. Então surgiu o município: e essas casas, aparentemente humildes, encerravam já uma porção do fermento da resistência antieocrática e antiaristocrática que, espalhado gradualmente pelo país, devia em três séculos pôr manietadas aos pés dos reis a aristocracia e a teocracia. Os imperantes supremos, enfarados já na caça, que abasteceria de futuro as mesas dos banquetes triunfais dos seus sucessores, atrelavam perto dela os lebréus: punham o concelho ao pé do castelo do mosteiro e da catedral. Guimarães breve obteve do Conde um foral, uma carta de município, tudo *pro bono pacis*, como reza o respectivo documento.

É nesta alcáçova, cingida das suas fortificações lustrosas, virgens, elegantes, e todavia formidáveis, onde a nossa história começa. Habitavam então nela a mui virtuosa dona, e honrada Rainha, D. Teresa, Infanta dos portugueses, e o mui nobre e excelente Senhor Fernando Peres, Conde de Trava, cônsul da terra portuguesa e da colimbricense, alcaide-mor na Galiza do Castelo de Faro, e em Portugal dos de Santa Ovaia e de Soure. Era ele a primeira personagem da corte de Guimarães depois de D. Teresa, a *formosíssima Infanta*, para nos servirmos do epíteto que em seus diplomas lhe dava o Conde D. Henrique, o qual devia saber perfeitamente se esta denominação lhe quadrava. Apesar de entrada em anos, não cremos que, na época a que se refere a nossa narrativa, este epíteto fosse inteiramente anacrônico, porque nem a bastarda de Afonso VI era ainda idosa, nem devemos imaginar que a afeição de Fernando Peres fosse nua e simplesmente um cálculo ambicioso.

Esta afeição, porém, ardente e mútua, como pelo menos parecia ser, sobremaneira afiava, tempos havia, as línguas dos maldizentes. Pouco a pouco muitas graves matronas, em quem a idade fizera seu ofício de mestra da virtude, se tinham alongado da corte para suas honras e solares. Com mais alguma resignação as donzelas ofereciam a Deus o próprio sofrimento em presenciar este escândalo. Demais, a vida cortesã era tão risonha de saraus, de torneios, de banquetes, de festas! – alegravam-na tanto a chusma de cavaleiros mancebos, muitos dos quais tinham pela primeira vez vestido as armas na guerra do ano antecedente contra o Rei de Leão! – Além disso, que igreja havia aí, a não ser a Sé de Braga, onde as solenidades religiosas fossem celebradas com mais pompa que no Mosteiro de D. Muma, tão devotamente assentado lá em baixo no burgo? Que catedral ou ascetério tinha órgão mais harmonioso que este? Onde se podiam encontrar clérigos ou monges, que em mais afinadas vozes entoassem um *gloria in excelsis*, ou um *exsurge domine*? Culto, amor, saraus, tríplice encanto da Idade Média, como vos resistiriam estes corações inocentes? As donzelas, bem que lhes custasse, continuavam, portanto, a cercar a sua bela Infanta, que muito amavam. As velhas, essas pouco importava que tivessem desaparecido.

Tais razões, e várias outras, davam as damas a seus naturais senhores, para continuarem a viver a vida folgada do paço: aos pais a devoção: aos maridos o acatamento à mui generosa Rainha, de quem eles eram prestameiros e alcaides: aos irmãos, sempre indulgentes, a paixão pelas danças e torneios, cujo engodo eles melhor ainda sabiam avaliar. Debaxo, porém, destes urgentes motivos outro havia não

menos poderoso, e em que nenhuma reparava, ou que, se reparava, não se atreveria a mencionar. Este motivo era uma bruxaria, um feitiço inexplicável, uma fascinação irresistível, que em todos aqueles espíritos um único homem produzia. Cousa incrível, por certo, mas verdadeira como a própria verdade. Palavra de romancista!

E não era lá nenhum grande homem: era um vulto de pouco mais de quatro pés de altura: feio como um judeu; barrigudo como um cônego de Toledo; imundo como a consciência do célebre Arcebispo Gelmires, e insolente como um vilão de beetria. Chamava-se de seu nome Dom Bibas. Oblato do Mosteiro de D. Muma, quando chegou à idade, que se diz da razão, por ser a das grandes loucuras, achou que não era feito para ele o remanso da vida monástica. Atirou às malvas o hábito, a que desde o berço o tinham condenado: e, ao cruzar a porta do ascetério, escarrou ali em peso o latim com que os monges começavam a empeçonhentar-lhe o espírito. Depois, sacudindo o pó das suas sapatas, voltou-se para o mui reverendo porteiro, e por um esforço sublime de abnegação atirou-lhe à cara com toda a ciência hebraica, que tinha alcançado naquela santa casa, gritando-lhe com uma visagem de escárnio – *racca maranatha, racca maranatha* – e desaparecendo após isso, como a zebra perseguida desaprecia naqueles tempos aos olhos dos monteiros nas florestas do Gerez.

Não referiremos aqui a história da solta mocidade do nosso oblato. Por meses a sua vida foi uma destas vidas como era comumente naquela época, e o é ainda hoje, a do homem do povo que, a não ser nos claustros, tentava cravar os dentes no pomo vedado ao pobre – a aristocrática mandriice; uma vida inexplicável e milagrosa; uma vida, na qual ao dia folgado da fartura e beberrônia impensadas seguiam muitos de perfeita abstinência. A miséria, porém, criou-lhe uma indústria: Dom Bibas começou a sentir em si as inspirações de trovista e os garbos de folião: pouco a pouco a sua presença tornou-se tão desejada nas tabernas do burgo, como as cubas de boa cerveja, então bebida trivial, ou antes tão agradável como os eflúvios do vinho, que naquela época ainda escasseava algum tanto nas taças dos peões. A fama de Dom Bibas tinha subido a altura incomensurável, quando o Conde Henrique assentou sua corte em Guimarães. Felizmente para o antigo oblato, o bufão que o Príncipe francês trouxera de Borgonha, lançado entre estranhos, que mal entendiam seus motejos, conhecera que era uma palavra sem sentido neste mundo. Morreu declarando a seu nobre senhor, em descargo de consciência, que buscasse entre os homens do condado alguém que exercesse este importante cargo; porque sorte igual à sua esperava qualquer bobo civilizado da civilizada Borgonha no meio destes selvagens estúpidos do Ocidente. Na cúria dos barões, ricos-homens e prelados, que então se achavam na corte, propôs o Conde o negócio. Havia votos que tal bobo se não procurasse. Fundavam-se os que seguiam esta opinião em que nem nas leis civis de Portugal, Coimbra e Galiza (o livro dos juizes), nem nos degredos do Padre-Santo, nem nos costumes tradicionais dos filhos dos bem-nascidos, ou fidalgos de Portugal, havia vestígios ou memória deste ofício palatino. Venceu, porém, o progresso: os bispos e uma grande parte dos senhores, que eram franceses, defenderam as instituições pátrias, e a alegre truanice daquela nação triunfou, enfim, da triste gravidade portuguesa na corte de D. Henrique, bem como o breviário galo-romano triunfara poucos anos antes do breviário gótico perante D. Afonso VI.

Foi então que Dom Bibas se viu elevado, sem proteções nem empenhos, a uma situação, a que nos seus mais ambiciosos e agradáveis sonhos de felicidade nunca tinha imaginado trepar. O próprio mérito e glória lhe puseram nas mãos a palheta do seu antecessor, a gorra asiniauricular, o gibão de mil cores e o saio orlado de guizos. De um para outro dia o homem ilustre pôde olhar senhoril e estender a mão protetora para aqueles mesmos que na véspera o apupavam. Diga-se, porém, a verdade em honra de Dom Bibas: até o tempo em que sucederam os acontecimentos extraordinários que começamos a narrar, ele foi sempre generoso, nem nos consta abusasse jamais do seu valimento e da sua importância política em dano dos pequenos e humildes.

O leitor que não conhecesse por dentro e por fora, como se usa dizer, a vida da Idade Média, riria da pequice com que atribuímos valor político ao bobo do Conde de Portugal. Pois o caso não é de rir. Naquela época o cargo de truão correspondia até certo ponto ao dos censores da República Romana. Muitas paixões, sobre as quais a civilização estampou o ferrete de ignóbeis, ainda não eram hipócritas: porque a hipocrisia foi o magnífico resultado que a civilização tirou de sua sentença. Os ódios e as vinganças eram lealmente ferozes, a dissolução sincera, a tirania sem miséria. No século XVI Filipe II envenenava seu filho nas trevas de um calabouço: no princípio do XIII Sancho I de Portugal arrancando os olhos aos clérigos de Coimbra, que recusavam celebrar os ofícios divinos nas igrejas interditas, chamava para testemunhas daquele feito todos os parentes das vítimas. Filipe era um parricida polidamente covarde; Sancho um selvagem atrozmente vingativo. Entre os dous príncipes há quatro séculos nas distâncias do tempo e o infinito nas distâncias morais.

Numa sociedade em que as torpezas humanas assim apareciam sem véu, o julgá-las era fácil. O dificultoso era condená-las. Na extensa escala do privilégio, quando um feito ignóbil ou criminoso se praticava, a sua ação recaía, por via de regra, sobre aqueles que se achavam colocados nos degraus inferiores ao perpetrador do atentado. O sistema das jerarquias mal consentia os gemidos: como seria portanto possível a condenação? As leis civis, na verdade, procuravam anular ou pelo menos modificar esta situação absurda; mas era a sociedade que devorava as instituições, que não a compreendiam a ela, nem ela compreendia. Por que de reinado para reinado, quase de ano para ano, vemos renovar

essas leis, que tendiam a substituir pela igualdade da justiça a desigualdade das situações? É porque semelhante legislação era letra morta, protesto inútil de algumas almas formosas e puras, que pretendiam fosse presente o que só podia ser futuro.

Mas no meio do silêncio tremendo de padecer incrível e de sofrimento forçado, um homem havia que, leve como a própria cabeça, livre como a própria língua, podia descer e subir a íngreme e longa escada do privilégio, soltar em todos os degraus dela uma voz de repreensão, punir todos os crimes com uma injúria amarga e patentear desonras de poderosos, vingando assim, muitas vezes sem o saber, males e opressões de humildes. Esse homem era o truão. O truão foi uma entidade misteriosa da Idade Média. Hoje a sua significação social é desprezível e impalpável; mas então era um espelho que refletia, cruelmente sincero, as feições hediondas da sociedade desordenada e incompleta. O bobo, que habitava nos paços dos reis e dos barões, desempenhava um terrível ministério. Era ao mesmo tempo juiz e algoz; mas julgando, sem processo, no seu foro íntimo, e pregando, não o corpo, mas o espírito do criminoso no potro material do vilipêndio.

E ele ria: ria contínuo! Era rir diabólico o do bobo: porque nunca deixava de ir pulsar dolorosamente as fibras de algum coração. Os seus ditos satíricos, ao passo que suscitavam a hilaridade dos cortesãos, faziam sempre uma vítima. Como o Ciclope da *Odisséia*, na sala d'armas ou do banquete; nos balcões da praça do tavolado, ou das tauromaquias; pela noite brilhante e ardente dos saraus, e até junto dos altares, ao reboar o templo com as harmonias dos cânticos e salmos, com as vibrações dos sons do órgão, no meio da atmosfera engrossada pelos rolos do fumo alvacentos do incenso; em toda a parte e a todas as horas, o bufão tomava ao acaso o temor que infundia o príncipe, o barão ou o ilustre cavaleiro, e o respeito que se devia a dona veneranda ou a dama formosa, e tocando-os com a ponta da sua palheta, ou fazendo-os voltear nos tintinábulo do seu adufe, convertia esse temor e respeito numa coisa truanesca e ridícula. Depois, envolvendo o caráter da nobre e grave personagem, atassalhado e cuspidado, num epigrama sangrento ou numa alusão insolente, atirava-o aos pés da turba dos cortesãos. No meio, porém, das risadas estrepitosas ou do rir abafado, lançando de passagem um olhar brilhante e vago ao gesto confrangido e pálido da vítima, e, como o tigre, recrudescendo com o cheiro da carniça, o bobo cravava de salto as garras naquele a quem ódio profundo ou inveja solapada fazia saborear com mais entranhável deleite a vergonha e abatimento do seu inimigo. Então a palidez deste pouco a pouco deslizava num sorriso, e ia tingir as faces do cortesão que, havia instantes, se recreava folgado na vingança satisfeita. Se era em banquete ou sarau, onde o fumo do vinho e a ebriedade que nasce do contacto de muitos homens juntos, das danças, do perpassar das mulheres voluptuariamente adornadas, do cheiro das flores, da torrente de luz que em milhões de raios aquece o ambiente, a loucura fictícia do truão parecia dilatar-se, agitar-se, converter-se num turbilhão infernal. Os motejos e as insolências volteavam sobre as cabeças com incrível rapidez: as mãos que iam unir-se para aprovar estrondosamente o fel da injúria vertido sobre uma fronte odiada ficavam muitas vezes imóveis, contraídas, convulsas, porque entre elas tinha passado a seta de um epigrama azeirado, e havia batido no coração ou na consciência de quem imaginava só aplaudir a alheia angústia. E por cima daquele estrépito de palmas, de gritos, de rugidos de indignação, de gargalhadas, que gelavam freqüentemente nos lábios dos que as iam soltar, ouvia-se uma voz esganiçada que bradava e ria, um tinir argentino de guizos, um som baço de adufe; viam-se brilhar dous olhos reluzentes e desvairados num rosto disforme, onde se pintava o escárnio, o desprezo, a cólera, o desfaçamento, confundidos e indistintos. Era o bobo que nesse momento imperava despótico, tirânico, inexorável, convertendo por horas a frágil palheta em cetro de ferro, e erguendo-se altivo sobre a sua miserável existência como sobre um trono de rei – mais porventura que trono; porque nesses momentos ele podia dizer: “os reis também são meus servos!”

Tal era o aspecto grandioso e poético daquela entidade social exclusivamente própria da Idade Média, padrão levantado à memória da liberdade e igualdade, e às tradições da civilização antiga, no meio dos séculos da hierarquia e da gradação infinita entre homens e homens. Quando, porém, chamamos miserável à existência do truão, a esta existência que descrevêramos tão folgada e risonha, tão cheia de orgulho, d'esplendor, de predomínio, era que nesse instante ela nos aparecera sob outro aspecto, contrário ao primeiro, e todavia não menos real. Passadas estas horas de convivência ou de deleite, que eram como uns oásis na vida triste, dura, trabalhosa e arriscada da Idade Média, o bobo perdia o seu valor momentâneo, e voltava à obscuridade, não à obscuridade de um homem, mas à de um animal doméstico. Então os desprezos, as ignomínias, os maus tratos daqueles que em público haviam sido alvos dos ditos agudos do chocarreiro, caíam sobre a sua cabeça humilhada cerrados como granizo, sem piedade, sem resistência, sem limite; era um rei desentronizado; era o tipo e o resumo das mais profundas misérias humanas. Se naqueles olhos então assomassem lágrimas, essas lágrimas eram ridículas, e cumpria-lhe tragá-las em silêncio: se um gemido se lhe alevantasse da alma, fora necessário recalçá-lo; porque lhe responderia uma risada: se a vergonha lhe tingisse as faces, deveria esconder o rosto; porque essa vermelhidão seria bafejada pelo hálito de um dito de torpeza: se uma grande cólera lhe carregasse o gesto, tornar-lhe-iam como remédio um insolente escárnio. Assim no largo tirocínio de um dificultoso mister, o seu primeiro e capital estudo era varrer da alma todos os afetos, todos os sentimentos nobres, todos os vestígios da dignidade moral; esquecer-se de que havia no mundo justiça, pudor, brio, virtude; esquecer-se de que o primeiro homem entrara no Paraíso animado pelo sopro do Senhor, para só se lembrar que saíra dele, já precito, por uma inspiração de Satanás.

Tudo isso – dirá o leitor – é muito bom; porém não explica o prestígio, a espécie de fascinação que Dom Bibas exercitava no espírito das damas e donzelas da viúva do Conde Henrique, a bela Infanta de Portugal. Lá vamos. O nosso Dom Bibas com os seus cinco palmos de altura era um homem extraordinário, e a truanice, essencialmente francesa, tinha por arte dele feito em Portugal um verdadeiro progresso: estava visivelmente melhorada em terreno alheio, como os alperches, de que reza em seus cantares o adail dos poetas portugueses. O novo bufão do Conde Henrique, ao começar os graves estudos e as dificultosas experiências de que carecia para preencher dignamente o seu cargo, teve a feliz inspiração de associar algumas doutrinas cavaleirosas com os mais prosaicos elementos da chocarrice fidalga. Na torrente dos desvarios, quando mais violento derramava em roda de si a lava ardente dos ditos insultuosos e cruéis, nunca dos lábios lhe saiu palavra que fosse despedaçar a alma de uma dama. Dom Bibas debaixo da cruz da sua espada de lenho sentia bater um coração de português, português da boa raça dos godos. Suponde o mais humilde dos homens; suponde a mais nobre, a mais altiva mulher; que esse homem a salpique do lodo da injúria, e será tão infame e covarde como o poderoso entre os poderosos, que insultasse a donzela inocente e desvalida. E por quê? Porque um tal feito sai fora das raias da humanidade: não o praticam homens: não o julgam as leis: julga-o a consciência como um impossível moral, como um ato bestial e monstruoso. Para aquele que usa de semelhante feridade, nunca luziu, nunca luzirá no mundo um raio de poesia? E há aí alguém a quem não sorrisse uma vez, ao menos, esta filha do Céu? Dom Bibas não pensava nisso; mas sentia-o, tinha-o no sangue das veias. Daqui a sua influência; daqui o gasalhado, o carinho, o amor, com que donas e donzelas tratavam o pobre truão. Quando contra este indivíduo, fraco e ao mesmo tempo terror e flagelo dos fortes, se alevantava alguma grande cólera, alguma vingança implacável, ele tinha um asilo seguro onde iam quebrar em vão todas as tempestades: era o bastidor, à roda do qual as nobres damas daqueles tempos matavam as horas tediosas do dia, bordando na reforçada tela com fios de mil cores histórias de guerras ou folguedos de paz. Ali Dom Bibas agachado, enovelado, sumido, desafiava o seu furioso agressor, que muitas vezes saía malferido daquele combate desigual, em que o bobo se cobria das armas mais temidas de um nobre cavaleiro, a proteção das formosas.

III

O Sarau

O aspecto do burgo de Guimarães indicaria tudo, menos um desses raros períodos de paz e repouso; de festas e pompas civis e religiosas, que, semelhantes aos raios do Sol por entre nuvens úmidas de noroeste, alegravam a terra, sorrindo a espaços no meio das tempestades políticas que varriam, naquela época, o solo ensangüentado da Península. Como se houvera alargado um braço até então pendente, o castelo roqueiro tinha estendido do ângulo esquerdo da torre do miradouro uma comprida couraça de vigas e entulho que vinha morrer em um cubelo na orla exterior do burgo. Depois, da extremidade daquela muralha inclinada, do outeiro para a planura, corria a um e outro lado do baluarte uma tranqueira de pouca altura, donde facilmente besteiros e frecheiros poderiam despejar a salvo seu armazém em quaisquer inimigos que cometessem a povoação. O cubelo era como o punho cerrado do disforme braço que saía da torre albarrã, e a tranqueira como uma faixa com a qual o gigante de pedra parecia tentar unir a si o burgo apinhado lá em baixo em volta do edifício monástico, que já contava dous séculos, o Mosteiro de D. Muma. O próprio edifício, posto que avelhentado e fraco, também parecia animado d'espírito guerreiro; porque as ameias que coroavam o terrado do campanário, pouco antes cobertas de ervas e musgo, estavam agora limpas e gateadas de novo, ao passo que por entre elas se divisava uma grossa manganela assentada no meio do eirado em disposição de arranjar pedras para a campanha, que se dilatava diante do formidável engenho.

Todavia estas evidentes cautelas e precauções militares desdiziam bastante do que então se passava no castelo. Era pela volta das dez horas de uma noite calmosa de junho. A Lua cheia batia de chapa nas muralhas esbranquiçadas, e as sombras das torres maciças listravam de alto a baixo as paredes dos paços interiores de faixas negras sobre a pálida silharia de mármore, tornando-a semelhante ao dorso da zebra selvática. Contrastavam, porem, a melancolia e silêncio deste espetáculo noturno as torrentes de luz avermelhada jorrando por entre os mainéis que sustinham ao meio das altas e esguias janelas as bandeiras e laçarias de pedra. Estes mainéis e bandeiras, formando flores e arabescos, recortavam de mil modos aqueles vãos afogueados e brilhantes, rotos através das listas alvacentas e negras, de que a Lua arraiava a frente do soberbo edifício. Na penumbra do extenso pátio que corria entre as muralhas e a

frontaria do paço, branquejavam os saios dos cavaleiros¹, que tinham de rédea as mulas de corpo dos senhores e ricos-homens; cintilavam os freios de ferro polido e as selas à mourisca, tauxiadas de ouro e prata; ouvia-se o patear dos animais e o sussurro dos servos conversando e rindo em tom sumido. Mas era lá em cima, nas salas esplêndidas, que se viam passar rápidos como sombras os vultos de damas e cavaleiros arrebatados no turbilhão das danças; lá soavam as melodias das cítulas, das harpas, das doçainas, por entre as quais rompiam os sons vívidos das charamelas, o estrépito das trombetas, o rebombo dos tímpanos; e quando aquelas todas afrouxavam e morriam em sussurrar confuso, retinia uma voz áspera e aguda no meio daquele ruído de festa. Então fazia-se um profundo silêncio, que não tardava a ser partido por gritos e risadas estrondosas, que restrugiam pelas abóbadas, cruzavam-se e confundiam-se repercutidas em burburinho infernal. Via-se claramente que a embriaguez da alegria havia chegado ao auge do delírio, e que daí avante não podia senão decrescer. O tédio e o cansaço não tardariam a separar aquela companhia lustrosa que parecia esquecer, nos braços do deleite, que tudo ao redor dela, no castelo e no burgo, anunciava as tristezas da guerra e os riscos dos combates.

De feito, já nos reais aposentos da bela Infanta de Portugal muitos dos ricos-homens e infanções, apinhados aos cinco e seis, aqui e acolá, ou encostados aos balcões da sala d'armas, começavam a falar com viva agitação dos sucessos do tempo. As donzelas iam assentar-se nas almadaquexas enfileiradas junto da parede no topo da sala, onde se erguia, cousa de um pé acima do pavimento, o vasto estrado da Infanta. Esta, na sua cadeira de espaldas, escutava Fernando Peres, que firmando a mão no braço da cadeira, e curvado para ela por detrás do espaldar, com aspecto carregado, parecia dirigir-lhe de quando em quando palavras breves e veementes, a que D. Teresa, que não saíra do seu lugar desde o começar do sarau, respondia muitas vezes com monossílabos, ou com um volver de olhos em que se pintava a angústia, desmentindo o sorriso forçado que, frouxo e passageiro, lhe adejava nos lábios.

Junto ao topo do estrado, do lado esquerdo da Infanta, um jovem cavaleiro em pé falava também em voz baixa com uma formosa donzela, que, reclinada na última almadaquexa, respondia entre risadas aos ditos do seu interlocutor. E todavia no gesto do cavaleiro, na vivacidade das suas expressões, no seu olhar ardente se revelava que as respostas alegres da donzela desdiziam das palavras apaixonadas do mancebo, cujo aspecto se entristecia visivelmente com aquela alegria intempestiva e cruel.

Ao pé de uma das colunas de pedras, que subindo ao teto se dividiam como os ramos de uma palmeira em artesões de castanho, os quais morrendo nos vértices das ogivas em bocetes dourados pareciam sustentar a renque de lampadários gigantes pendentes da escura profundidade daquelas voltas; – ao pé de uma destas colunas, no lado oposto da sala, três personagens falavam também havia largo tempo, sem fazerem caso do tanger dos menestrais, do doudejar das danças, do sussurrar confuso que redemoinhava em volta deles. Era a sua conversação de gênero diverso das duas que já descrevemos. Aqui os três indivíduos pareciam tomar todos vivo interesse no objeto de que se ocupavam, ainda que de modo diferente. Um deles, alto, magro, trigueiro e calvo, porém não de velhice, porque era homem de quarenta anos, trajava um saio negro, comprido e apertado pela cintura com uma larga faixa da mesma cor, vestuário próprio do clero daquele tempo: o outro, ancião venerável, tinha vestida uma cogula monastical, igualmente negra, segundo a usança dos monges bentos; o terceiro finalmente, o mais moço dos três, era um cavaleiro que mostrava ter pouco mais de trinta anos, membrudo, alvo, cabelos anelados e louros – um verdadeiro nobre da raça germânica dos visigodos. O clérigo calvo, com os olhos quase sempre fitos no chão, só os punha de relance naquele dos dous que falava; mas este olhar incerto e sorrateiro bastava para descobrir nele uma indiferença hipócrita e uma curiosidade real. No rosto do velho pintava-se profunda atenção, principalmente às palavras do mancebo, as quais enérgicas, veementes e rápidas davam testemunho das vivas comoções que agitavam a sua alma.

Dos três grupos em que no meio de tantos outros fizemos principalmente reparar o leitor, já ele conhece as personagens do primeiro – a viúva do Conde Henrique e Fernando Peres de Trava. Para clareza desta importante história necessário é que lhe digamos quem eram os que compunham os outros dous, e lhe expliquemos os porquês da situação respectiva de cada um desses indivíduos.

Entre as donzelas da Infanta-Rainha uma havia em que ela, mais que em nenhuma outra, tinha posto as suas afeições e complacências; e com razão: criara-a de pequenina. Dulce era filha de D. Gomes Nunes de Bravais, rico-homem, que morrera na rota de Vatalandi combatendo como esforçado a par do Conde borgonhês. Expirando, o nobre cavaleiro encomendou sua filha órfã à proteção do Conde. Este não se esqueceu da súplica do guerreiro moribundo; trouxe a órfã para seus paços e entregou-a a sua mulher. Nos tenros anos, Dulce prometia ser formosa, e, o que não era de menos valor, de um caráter nobre e enérgico e ao mesmo tempo meigo e bondoso. Pouco a pouco D. Teresa lhe ganhou amor de mãe. Até os vinte anos, que já Dulce contava, este amor não afrouxara, nem no meio dos graves cuidados que cercaram a Infanta nos primeiros anos da sua viuvez, nem com a louca afeição do Conde Fernando Peres. As esperanças que a donzela dera se haviam inteiramente realizado. Dulce era um anjo de bondade e de formosura.

Mas este anjo inocente, rodeado de carinhos das mais nobres damas, das adorações dos mais ilustres cavaleiros da corte, parecia ter cerrado inteiramente o coração ao amor. Verdade é que entre os

mancebos, sempre atentos a indagar as inclinações das donzelas, tinham existido suspeitas de que esta indiferença e frieza era mais simulada que verdadeira. Eles haviam observado que os olhos de Dulce costumavam fitar-se com desusada complacência num donzel, que bem como ela fora criado na corte. Era este Egas Moniz Coelho, primo do ancião Egas Moniz, Senhor de Cresconhe e Resende e aio do moço Infante Afonso Henriques. Pouco diferentes em idades, semelhantes em gênio e caráter, e educados juntos, desde tenros anos, pelo respeitável Senhor da Honra de Cresconhe, os dous mancebos haviam contraído amizade íntima. Na mesma noite e na Sé de Zamora tinham velado as armas. Como prova da sua independência política, D. Afonso tomara do altar a armadura e a si próprio se fizera cavaleiro. Das mãos dele recebeu depois o mesmo grau, alvo da ambição de todos os mancebos nobres, o seu amigo de infância; e o Infante e Egas, até aí irmãos pela afeição mútua, ficaram ainda mais unidos pela fraternidade das armas.

As suspeitas dos moços cavaleiros tinham nascido pouco depois da vinda de D. Afonso e de Egas para a corte de Guimarães. Mas semelhantes suspeitas breve se desvaneceram. Inesperadamente Egas Moniz partiu para as guerras de ultramar, ou, como hoje se diz, para a cruzada. Ninguém atinou com o motivo desta súbita resolução. Todavia, se os amores com Dulce existiam realmente, era essa paixão quem o afastava dela. Nascido com espírito ardente, trovador e guerreiro, Egas precisava de obter glórias, porque as almas poéticas daquele tempo não compreendiam o amor sem renome, nem talvez sem este o encontrariam no seio de nobre donzela, digna de sua afeição. A Terra Santa era naquela época o campo mais fértil para os ceifadores de glória: as reputações adquiridas na Palestina retumbavam por todo o orbe cristão. Era o amor quem arrastava Egas para essa vida de riscos, privações e combates? Quem poderia dizê-lo? Ninguém sequer o pensou.

O que é certo é que depois da sua partida, Dulce pareceu mais triste que de costume. Porém, se eram saudades, ou se essa alma enérgica soube esconder o seu martírio e devorar no silêncio e solidão da alta noite as suas lágrimas, ou as saudades se extinguíram no meio da vida risonha e distraída da corte. O moço trovador tinha esquecido a todos: pode ser que também ela.

Entretanto uma nuvem de cavaleiros a cercaram de adorações. Debalde! Só um esperava acender alguma faísca de amor neste coração gelado. Era Garcia Bermudes, cavaleiro aragonês, valido do Conde de Trava, e uma das melhores lanças de Espanha, que com ele viera a Portugal. Dotado de generoso ânimo, mas sobradamente altivo e confiado no próprio mérito, Garcia Bermudes amava a donzela querida de D. Teresa, e esperava ser correspondido; porém no coração de Dulce achara um afeto que lá não quisera encontrar: amor sim, mas amor de irmã. Era ele quem no meio das festas obtinha todas as preferências da filha adotiva da Infanta: a sua conversação a que mais lhe aprazia. Contudo, quando no meio do ruído e da alegria dos saraus, ou cavalgando no ginete possante e correndo ao lado do palafrém de Dulce pelas florestas e sarçais, nas montarias e caçadas, ele buscava ensejo para proferir essas palavras veementes que escutadas sem cólera corream esperanças de muitos dias, e repelidas entenebrece o futuro e devoram uma existência. Dulce esquivava sempre com um gracejo esse instante decisivo, e o aragonês, apartando-se dela, amaldiçoava a hora em que amara, para daí a pouco imaginar novo ensejo em que pudesse resolver por uma vez o seu incerto destino.

Dulce era a donzela assentada na extrema almadaquexa do estrado; Garcia Bermudez o cavaleiro com quem ela falava e ria; e o que entre os dous se passava, uma repetição dessas cenas em que tantas vezes a destreza da mulher que não ama sabe triunfar cruelmente da mais terrível entre as mais terríveis paixões, o amor do homem, recalcado no coração pela indiferença daquela a quem no abismo do seu orgulho disse: “tu serás minha!”

Dos três personagens que, em pé no outro extremo do vasto aposento, pareciam alheios a tudo quanto se passava em volta deles, embebidos em disputa violenta, um era o célebre Gonçalo Mendes da Maia, ao qual em verdes anos, estremadas gentilezas d’armas tinham feito dar o apelido de Lidador, de que por toda a sua larga vida ele se havia de mostrar constantemente digno. Era o outro o capelão de D. Teresa, o muito honrado Martim Eicha, filho do mui excelente váli de Lamego, Eicha, que submetido pelo Conde D. Henrique abraçara o Cristianismo². Martim Eicha seguira o exemplo paterno, e como em todas as opiniões deste mundo os renegados são os mais fervorosos na sua nova crença, achara ele em consciência que para se mundificar das torpezas do Islamismo devia abraçar a pura vida do sacerdócio. Cônego da Sé de Lamego, restaurada por D. Fernando Magno, e que nesta época se achava unida à de Coimbra, o bom do tornadoço não pudera na santidade do seu ministério riscar do espírito a lembrança profaníssima de que nascera filho de um váli. Voavam-lhe os pensamentos altivos para os paços reais, como à gata da fábula fugiam as unhas para o murganho depois de transformada em mulher. Finalmente os seus desejos cumpriram-se. A bela Infanta de Portugal chamou-o à corte, apenas dela saiu desgostoso o Arcebispo de Braga, cujo caráter austero mal sofria os amores de Fernando Peres e de D. Teresa. Martim Eicha era o homem talhado para o caso. O seu evangelho fora, por assim dizer, escrito num palimpsesto do Corão, e as doutrinas do Profeta, relativas à metade mais formosa do gênero humano, reverdeciam-lhe às vezes através da severidade das sacras páginas e confundiam-se a seus olhos com elas. Por esta causa, vinha o Cônego Martim Eicha a ser o capelão mais a ponto naquelas intrincadas circunstâncias em que os princípios de teologia moral andavam em tanta harmonia com os costumes, como neste bendito século décimo nono as sãs doutrinas políticas andam conformes com a

Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

